



SORAIA SABINO
JURISTA DA ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

Tempos de incerteza

Vivem-se tempos difíceis em que são pedidos cada vez mais esforços aos portugueses sem os devidos esclarecimentos sobre os seus resultados práticos, nem sequer sobre que “benefícios” futuros vão incidir concretamente no orçamento das famílias. Talvez seja esta a principal preocupação dos portugueses, mais do que o tão falado regresso aos mercados, apesar de extrema importância ao nível do crédito, do investimento, da confiança e do emprego, mantendo-se no entanto o futuro como incerto. Parece que “prognósticos só depois do jogo”, e o “jogo” são as necessárias políticas de ajustamento económico que estão a ser levadas a cabo para o crescimento de Portugal. É o constante aumento da carga fiscal, sendo o ano de 2013 atípico a esse nível e de elevado esforço para os portugueses, que, com todas as alterações verificadas quer ao nível de escalões do IRS, no corte das deduções fiscais e a sobretaxa aplicada (para rendimentos superiores a 485 euros), irão necessariamente sentir o aumento do peso tributário, agora que o impacto já é conhecido face à publicação das tabelas de retenção para este ano. Todos os contribuintes vão ter um aumento de impostos, mas, de acordo com simulações e estudos de entidades especializadas que têm sido realizados, é quem auferir rendimentos mais baixos e a classe média que serão os mais afetados, ao incidir sobre os rendimentos de trabalho e pensões à qual acresce a sobretaxa de 3,5% paga mensalmente pelos contribuintes, diminuindo ainda mais o poder de compra. As limitações aos abatimentos com a casa vão estar limitadas a um máximo de 443 euros, e, por outro lado, vão existir restrições às deduções sobre despesas de saúde e educação consoante os rendimentos.

O significado do regresso aos mercados

Se necessariamente existe uma diminuição do poder de compra dos portugueses,

existe recessão em torno de toda a economia nacional, nomeadamente na sustentabilidade das empresas, em que se tem verificado uma média de apresentação à insolvência na ordem dos doze pedidos por dia ao nível das pessoas coletivas. Isto já para não falar dos vários pedidos de insolvência pessoal que têm tido um aumento substancial face à crise, e que, para além de ser uma forma de o insolvente se poder “livrar dos credores”, detém um carácter por si só vexatório, uma vez que tal decisão é decretada judicialmente e fica averbada na certidão de nascimento do falido, além de que a possibilidade de recurso ao crédito bancário se tornará quase impossível, pelo menos durante um largo período de tempo.

Mas afinal o que significa Portugal ter regressado aos mercados?

Sinteticamente, representa que o nosso país entrou nos mercados internacionais de dívida pública, facto que não se verificava desde 2011, altura em que se obteve financiamento junto da “troika” (Comissão Europeia, Banco Comercial Europeu e FMI). Trata-se de um resultado positivo ao nível da credibilidade externa, e de maior acesso ao financiamento por parte das empresas portuguesas, bem como a obtenção de taxas de juro a melhores condições. O Estado obteve nos mercados, no passado dia 23 de janeiro, 2500 milhões de euros de financiamento, pelos quais pagará uma taxa de juro de 4,891% a cinco anos, tendo colocado 93% do total dessa dívida junto de investidores estrangeiros. É certo que se trata de uma notícia muito positiva que pode aumentar a confiança dos portugueses, mas o futuro ainda é muito indefinido para grande parte das famílias. Para já, e apesar do contexto adverso, o importante é não esmorecer, acreditar no futuro e transmitir motivação e confiança.